



**POLEMICA**

## PROPOSTA DE NOVO CÓDIGO FLORESTAL

**Ambientalistas  
acusam projeto de  
reforma de beneficiar  
latifundiários**

**PÁGINA 8**

# Previdência Social dinamiza a economia

Arquivo Ipea

Professora de economia da UFRJ e diretora do Ipea, Denise Gentil, desmistifica as falácias de crise na Previdência, fala sobre os motivos de rumores falsos de falência do sistema, o desvio de recursos do superávit e a vitória do fim do fator previdenciário

PÁGINAS 4 e 5



Júlia Gaspar



## Moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga aguardam o início das obras prometidas

PÁGINA 3

## Ficha limpa para quem joga sujo

Enquanto a reforma política não vem, temos que nos contentar com a chamada Lei da Ficha Limpa. A lei complementar 135 que protege a probidade administrativa e zela pela moralidade no exercício do mandato já está em vigor e pode ser um instrumento importante nas próximas eleições. Ela será muito útil contra a prática generalizada da compra de votos ou outras transgressões usuais por parte de algumas candidaturas bem conhecidas do grande público e que têm conseguido através de toda sorte de manobras e artifícios perpetuar este tipo de prática.

Entendemos, entretanto, que ela é inteiramente insuficiente e não pode substituir uma verdadeira reforma do nosso sistema político. Em linhas gerais, uma reforma política deve estabelecer regras e meios de disciplinar os financiamentos de campanha, de propaganda eleitoral, dando iguais direitos a todos os candidatos, discutir a utilização das pesquisas de opinião no sentido de influenciá-la ou até distorcê-la, modificar os critérios atuais sobre a fidelidade partidária, impedindo o troca-troca de partido.

Estes são alguns dos pontos a serem mudados e que têm comprometido a livre expressão da vontade da maioria, princípio básico no qual se sustenta o sistema de democracia representativa que temos atualmente. Evidentemente, os poderes executivos e judiciários têm que ser reformados. Mas isto é assunto para um próximo número.

## “Por fora bela viola, por dentro pão bolorento”

Este é um velho ditado que a minha falecida avó sempre repetia, quando queria expressar que as aparências enganam, e que ainda hoje está perfeitamente adequado ao desempenho de algumas empresas, que se encontram no mercado produtivo de bens e serviços proferindo um discurso progressista e de fortalecimento da melhoria do clima laboral, mas que, na prática, o que ocorre é totalmente antagônico.

Uma análise um pouco mais detalhada da gestão dessas empresas vai permitir verificar que a ambiência organizacional é conflituosa, contribuindo muito para esta situação, as atitudes que privilegiam alguns para que, com mão de ferro, exijam da maioria dos subordinados o cumprimento de metas arrojadas, sem dar o direito da participação dos trabalhadores na composição dessas metas.

O fato se torna ainda mais grave em face do grande número de trabalhadores terceirizados, habitando o mesmo ambiente dos empregados próprios, realizando as mesmas tarefas, mas com tratamento totalmente diferenciado. Menos direitos, salários menores e jornada de trabalho estendida.

Isto, com certeza, explica os acidentes envolvendo, com frequência e principalmente, os trabalhadores terceirizados. É lícito afirmar, inclusive, que as pressões exercidas sobre os trabalhadores podem estar causando outros transtornos de características psicológicas, de difícil diagnóstico, com conseqüências futuras que podem ser danosas para esses indivíduos.

As estatísticas comprovam que a quantidade de afastamentos por distúrbios mentais e comportamentais cresceu 22 vezes entre 2006 e 2009 no Brasil, segundo relatório do MPS (Ministério da Previdência Social).

Foram 612 profissionais afastados em 2006 e 13.478 no ano de 2009, dos quais 12.277 (cerca de 90% do total) apresentavam estresse e transtorno de humor.

Recentemente, tivemos conhecimento que, na empresa Ampla Energia e Serviços S/A, todos os empregados foram instados a comentar com suas chefias imediatas razões que pudessem explicar o péssimo resultado obtido pela empresa na última pesquisa do instituto Great Place to Work, Melhores empresas para trabalhar – 2010, que avaliou o índice de confiança existente no relacionamento entre líderes e liderados. E, pelas notícias que nos chegaram, houve unanimidade em alguns quesitos, tais como:

1. Relacionamento distante entre chefias e subordinados;  
2. Dificuldades causadas pelo aumento da jornada de trabalho;  
3. Gestores que não possuem visão global da empresa;  
4. Gestão administrativa confusa;  
5. Autoritarismo de alguns gestores;  
6. Desproporcionalidade salarial entre

empregados com tarefas similares;  
7. As promessas não cumpridas.

O que se observa no ambiente de trabalho nas organizações atuais é que a busca pela produtividade a todo custo tem impellido a essas empresas desprezarem as mais elementares práticas de administração, esquecendo-se da necessidade de manter uma qualidade de vida adequada para os trabalhadores. O pensamento é único: aumentar o caixa acima de qualquer coisa e depois sair à caça de culpados para justificar as não conformidades.

**A busca pela produtividade a todo custo tem impellido a essas empresas desprezarem as mais elementares práticas de administração**

■ Diretoria do SENGE-RJ



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PRESIDENTE**  
Olimpio Alves dos Santos

**DIRETORIA**  
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

**CONSELHO EDITORIAL**  
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

**CONSELHO FISCAL**  
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO  
**Engenheiro**

Edição: Júlia Gaspar  
(MTE 28.318/RJ)  
Diagramação: Leonardo Santos  
E-mail: imprensa@sengerj.org.br  
Tiragem: 5.500 exemplares  
Periodicidade: Mensal  
Impressão: Monitor Mercantil

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0XX 21) 3505-0733 Endereço: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br) Correo eletrônico: [sengerj@sengerj.org.br](mailto:sengerj@sengerj.org.br)

# Ocupação Chiquinha Gonzaga faz parte do PAC

Militante diz que obras devem começar até outubro

**M**aciel Silva dos Santos, morador da ocupação Chiquinha Gonzaga e ex-coordenador administrativo da Associação de Habitação Popular da Ocupação Chiquinha Gonzaga (AHPOPG) e sua comunidade andavam descontentes com o atraso das obras prometidas pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ). Eles esperam a Concessão de Direito Real de Uso e reformas na ocupação em que moram, um edifício de 13 andares, que pertencia ao Incra, situado na Rua Barão de São Félix, 110, no Centro da Cidade. Conforme publicado no Jornal do Engenheiro de outubro de 2009, o prédio é ocupado desde 23 de julho de 2004.

Maciel explica que o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNIS) foi liberado para obras em comunidades e a Ocupação Chiquinha Gonzaga será uma das beneficiadas. Ele diz também que a liberação foi publicada no Diário Oficial, em 31 de março de 2009. Os moradores acreditavam que as obras aconteceriam em outubro de 2009, mas nada acontecia, até que, agora, há uma expectativa.

“Achávamos que, por conta das eleições, a obra não poderia mais ser licitada, mas especialistas da Caixa Econômica Federal nos explicaram que isso não será impedimento, pois fazemos parte do PAC, o que não sabíamos. Falta apenas os arquitetos concluírem o projeto e entregá-lo para a Caixa Econômica. Assim que for entregue, a obra poderá ser licitada, para que a empreiteira possa ser contratada”, conta Maciel. Ele diz que a previsão de entrega dos projetos pelos arquitetos é final de agosto e acredita que, depois disso, a licitação estará pronta. “Acreditamos que, em setembro ou outubro, as obras podem começar”, enfatiza.

## Preocupação de não mais poder voltar

Maciel dos Santos diz que a comunidade está a espera também do documento de Concessão de Direito Real de Uso até o início das obras e explica o anseio da comunidade: “A nossa preocupação é que nós tínhamos combinado que permaneceríamos no local durante as obras, mas a Caixa Econômica entende que dificilmente a obra possa ser realizada com as pessoas dentro. Então, provavelmente, teremos que utilizar o aluguel social. Mas, se tivermos que sair, precisaremos da Concessão de Direito Real de Uso, para termos a garantia que poderemos voltar depois da obra”.

• O ITERJ foi procurado pelo JE, mas não conseguimos entrevista



Fotos: Arquivo SENGE-RJ

A engenheira eletricista Lusía Maria de Oliveira busca o ideal de igualdade e respeito aos profissionais

## SENGE-RJ tem a primeira vice-presidente mulher

Lusía Maria de Oliveira iniciou as suas atividades profissionais há 35 anos, em Furnas, segundo ela, a maior empresa de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, como estagiária de Eletrotécnica e depois Engenheira Eletricista.

Como militante, foi Diretora da Associação de Empregados de Furnas, por 4 anos, em dois mandatos diferentes e não consecutivos. Foi convidada a compor a chapa da Diretoria do SENGE-RJ

por três mandatos, de 2001 à 2004, de 2004 à 2007 e, para este mandato (de 2010 à 2013) como a primeira vice-presidente mulher da entidade.

Lusía garante: “Atualmente, próximo à aposentadoria e, portanto, com mais tempo disponível, retorno ao Sindicato com o objetivo de dedicar aos sócios toda a experiência obtida durante estes mandatos, buscando nosso ideal de igualdade e respeito aos profissionais da Engenharia”.

## O transporte ferroviário do Rio pode ser melhor

O Diretor do SENGE-RJ Jorge Saraiva da Rocha fez, dia 27 de julho, uma apresentação, para a Diretoria Colegiada do Sindicato, de trabalho sobre o sistema de transporte ferroviário da Central no estado do Rio de Janeiro.

Após mostrar projetos em andamento e vários outros que, caso sejam implantados, irão contribuir bastante para melhorar a movimentação de passageiros pela ferrovia, Saraiva debateu o assunto com a Diretoria, que aprovou o trabalho e decidiu fazer, em breve, um evento maior sobre o tema com ampla divulgação.



O diretor do SENGE-RJ Jorge Saraiva apresentou um trabalho no qual denuncia a precariedade do transporte na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Dados apresentados no trabalho mostram a situação absurda dos transportes na Região Metropolitana do Rio e a dependência da população, que vive ou que trabalha no nosso estado, aos veículos sobre pneus, o que provoca diariamente os grandes engarrafamentos e a crescente deterioração da qualidade do ar que respiramos.

Os meios de transporte de massa, como trens, metrô e barcas, respondem, juntos, por menos de 10% dos passageiros em movimentação no Rio, mas têm plenas condições de absorver um número muito maior, com grandes benefícios para a população fluminense.

# “A Previdência é a solução”

**D**enise Gentil é professora e pesquisadora do Instituto de Economia da UFRJ; Diretora-adjunta de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea. Em entrevista ao *Jornal do Engenheiro*, afirma que não há crise na Previdência Social do Brasil, mas garante que há desvio de recursos do superávit da previdência. A especialista garante que a Previdência Social é a solução, e não um problema, e explica por que este recurso é estratégico para um plano de construção de uma nação que deseja ser grande e democrática.

A estudiosa também considera que o fim do fator previdenciário é o fim da insegurança financeira na velhice. Na entrevista, ela explica que o que se economiza com o fator previdenciário é um valor irrisório para os cofres públicos, mas o dano que causa ao trabalhador é muito grande, pois, de acordo com Denise Gentil, o fator previdenciário é altamente injusto “porque reduz, em média, o benefício das mulheres no ato da aposentadoria em 41,5% e do homem em 35%.”

**Quais os principais argumentos para acreditar que a Previdência Social funciona com superávit no Brasil? Ao invés de estar em crise, conforme informações oficiais?**

– É preciso, logo de início, esclarecer que os benefícios da Previdência não são pagos apenas pela contribuição social incidente sobre salários. Não são apenas os trabalhadores os responsáveis pela cobertura dos gastos da Previdência. O sistema é tripartite: envolve trabalhadores, empregadores e Estado e, por isso, a receita da Previdência tem fonte bastante diversificada, incluindo, além da tributação sobre a folha, a tributação sobre o lucro e o faturamento. É isso que está disposto na Constituição Federal. No Brasil, a seguridade possui as receitas das contribuições ao INSS de trabalhadores empregados, autônomos e dos empregadores; a COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social), que incide sobre o faturamento das empresas; a CSLL (contribuição sobre o lucro líquido); a CPMF (que foi extinta em fins de 2007) e a receita de loterias.

É exatamente essa diversificação da fonte de financiamento que tornou o sistema sustentável, po-

deroso, inclusive nos momentos de baixo crescimento, porque, além da massa salarial, o lucro e o faturamento são também fontes de arrecadação de receitas. Com isso, o sistema ficou menos vulnerável ao ciclo econômico. O superávit da seguridade social foi de R\$63,3 bilhões em 2007, de R\$54,2 bilhões em 2008 e de R\$21,7 bilhões em 2009, mesmo nos anos de crise internacional e mesmo depois da perda da CPMF. Não dá para falar em crise da Previdência com esses números. Eles desautorizam o discurso catastrofista e interdita a agenda conservadora de apelo por reforma.

**Os investimentos em Seguridade Social (saúde, assistência social e previdência) podem ter sido desviados para cobrir outras despesas? Por isto se falou em crise?**

– Vamos deixar claro uma coisa: não há crise. Precisamos acabar com essa visão trágica e fatalista do sistema previdenciário. Agora, é preciso deixar clara outra coisa: não há crise, apesar do desvio de recursos do superávit da previdência. Os desvios ocorreram e assumiram, no passado, montantes correspondentes àqueles 20% legalmente estabelecidos pela desvinculação das receitas da União (DRU) e foram além, tornando-se superiores ao limite legal da DRU. Há exercícios financeiros em que foram desviados R\$ 26,5 bilhões de recursos da seguridade social para além desse limite. Os recursos foram desviados para o orçamento fiscal e compuseram o superávit primário ou deram suporte a despesas com aposentadorias dos funcionários públicos, ao custeio de vários outros ministérios e aos gastos financeiros com a dívida. Mas, felizmente, esse discurso do déficit foi arrefecido.

Em compensação, surgiu, em seu lugar, a alegação de que estamos próximos de enfrentar um grave problema demográfico de envelhecimento da população, que não coloca outra alternativa a não ser a de fazer a reforma da previdência. Sim, a população envelhecerá e as despesas aumentarão. Mas é um exagero fazer disso o nosso grande problema futuro, pelo con-

trário, esse é o efeito das grandes conquistas, do resultado do avanço das pesquisas científicas e das melhores condições de vida alcançadas por nossa sociedade. A questão fundamental para dar sustentabilidade a um sistema previdenciário no futuro é a manutenção de taxas elevadas de crescimento econômico, porque as variáveis mais importantes do lado de suas receitas são emprego formal, salários e lucros.

Portanto, para que o sistema previdenciário não passe por uma crise financeira, o país terá que crescer a taxas elevadas, aumentar a produtividade do trabalho com a introdução de novas tecnologias, elevar o nível de ocupação formal e subir a renda média no mercado de trabalho. Se nós tivermos isso, não haverá motivos

“  
**Não há crise, apesar do desvio de recursos do superávit da previdência**  
”

para nos preocuparmos com o problema do financiamento do sistema previdenciário no futuro, porque os trabalhadores ativos serão em menor número, mas, em compensação, serão muito mais produtivos e gerarão mais bens e serviços que os de hoje. Os inativos vão ser mantidos por trabalhadores que trabalharão por menos tempo e produzirão muito mais, e o nosso problema será, isto sim, o velho problema de sempre – que é o de evitar as recessões econômicas e efetuar a melhor divisão do resultado da produção entre os vários

membros da sociedade.

Não se trata, portanto, de uma dramática trajetória demográfica de envelhecimento da população. Trata-se de um problema de origem puramente sócio-econômica e tecnológica que, no entanto, está sendo reduzido a um mero problema demográfico que, por sua vez, se transforma numa questão fiscal isolada, da Previdência apenas, diante do qual não há solução possível a não ser o corte de direitos, redução do valor dos benefícios e elevação de impostos. É um grande reducionismo oportunista.

**Por que, ao contrário do que os seus estudos apontam, ouvimos falar sobre a falência da Previdência?**

– A questão fiscal é um dos temas mais polêmicos da área econômica. As divergências são, em parte,

# Social

Especialista afirma que o sistema previdenciário atua em superávit e considera a Previdência um recurso que dinamiza a produção, estimula o emprego e multiplica a renda



Arquivo IPEA

Denise Gentil é professora e pesquisadora do Instituto de Economia da UFRJ; Diretora-adjunta de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea

de cunho político-ideológico e, em parte, derivam do desconhecimento da sociedade sobre um tema que é bastante complexo. Por muitos anos dominaram as ideias de que o sistema previdenciário brasileiro apresentava déficits de grandes proporções. Esse déficit teria crescido e se tornaria ainda maior no futuro próximo, em função do envelhecimento da população. Economistas, políticos e homens de negócios passaram a transmitir a ideia de que a situação das finanças públicas se tornara um dos grandes obstáculos ao crescimento sustentado da economia brasileira e o déficit da Previdência vinha retirando recursos necessários para a realização de investimentos públicos.

A reforma da Previdência tornou-se um objetivo incansavelmente perseguido pelos vários governos durante os últimos 25 anos. Este discurso tem se repetido incessantemente, com amplo apoio da mídia e contamina a todos, do mundo empresarial às esferas populares. Mas o que está por traz dessas ideias? Essa interpretação está apoiada em um sistema de ideias centradas na soberania do mercado e dos interesses individuais sobre as necessidades coletivas, na redução do estado, supostamente ineficiente, e na noção de que o equilíbrio fiscal significa responsabilidade na gestão de políticas públicas. Por traz dessas ideias estão, principalmente, interesses que procuram interferir para que maior parcela do orçamento público se destine, não aos interesses coletivos, mas ao pagamento de juros e de outras despesas que favorecem investimentos privados que se beneficiam com os gastos públicos. E, acima de tudo, por traz dessas ideias estão os interesses dos fundos de pensão administrados por bancos, que ganham novos clientes a cada anúncio de reforma da previdência e que lucraram com o processo de privatização, total ou parcial, do sistema público de previdência. Mas essas não são as únicas

e definitivas versões do problema previdenciário brasileiro. Do outro lado do debate estão aqueles com ideias muito menos divulgadas, que afirmam (e provam empiricamente) existir superávit expressivo na seguridade social e que lutam para tornar o sistema mais universal e inclusivo. Defendem a intervenção estatal como essencial para gerir uma sociedade caótica e desigual e, do ponto de vista jurídico, buscam apoio na Constituição de 1988, que estabelece políticas públicas identificadas com os princípios da universalidade e da distribuição da renda.

**Por que você afirma que a Previdência Social é a solução, e não um problema?**

– Porque é preciso enxergar essa questão por todos os ângulos. A questão central não é fiscal, repito, mas política, de rumos para outro patamar civilizatório ideal e da partilha de riquezas entre as classes sociais. A sociedade precisa decidir em que patamar vai amparar as pessoas na velhice, no desemprego, na doença, na invalidez por acidente de trabalho, na maternidade, enfim, como irá proteger aqueles que estão inviabilizados, definitiva ou temporariamente, para o trabalho e que perderam a capacidade de obter renda. São direitos conferidos aos cidadãos de uma sociedade mais evoluída, que entendeu que o mercado excluirá a todos nessas circunstâncias. Além disso, é da mais alta relevância entender que a Previdência é muito mais que uma transferência de renda a necessitados: ela é um gasto autônomo, que se converte integralmente em consumo de alimentos, de serviços, de produtos essenciais e que, portanto, sai das mãos dos beneficiários e volta para o mercado, dinamizando a produção, estimulando o emprego e

multiplicando a renda. Os benefícios previdenciários têm um papel importantíssimo como alavancadores da economia. Se você olha a questão por esse prisma, a Previdência Social deixa de ser encarada de forma reducionista, como um assunto fiscal jogado para o campo do estreito e medíocre raciocínio de receitas e despesas e passa a ser um tema estratégico para um plano de construção de uma nação que deseja ser grande e democrática.

**O que o fim do fator previdenciário representa?**

– Representa, antes de mais nada, uma vitória política do lado progressista de nossa sociedade e a retomada de um item fundamental da dignidade daqueles que dependem de salários (e, futuramente, de aposentadorias) para sobreviver. Em segundo lugar, o fator previdenciário busca manter os trabalhadores mais velhos por mais tempo no mercado de trabalho e isso é um fator de grande insegurança. Não bastasse a insegurança física que a velhice gera por si mesma, há a insegurança financeira, que vem da grande dificuldade, em alguns segmentos, de manter o emprego a partir de uma determinada idade, particularmente em trabalhos onde se exige esforço físico ou em funções de melhor remuneração, em que

jovens podem substituir os mais velhos. Não se pode desvincular a Previdência da realidade do mercado de trabalho e adotar regras gerais como se todos os trabalhadores vivessem a mesma realidade. Por último, o fator previdenciário é altamente injusto porque reduz, em média, o benefício das mulheres no ato da aposentadoria em 41,5% e do homem em 35%. O que se economiza com o fator previdenciário é um valor irrisório para os cofres públicos, mas o dano que causa ao trabalhador é enorme, além de se perder o efeito econômico do multiplicador dessa parcela do gasto público sobre os empregos, a renda e a arrecadação futura. O fim do fator previdenciário é o fim da insegurança financeira na velhice e, ao mesmo tempo, maior gasto autônomo injetado na economia que se transformará em crescimento e emprego para a nova geração. ■

“  
**A economia com o fator previdenciário é irrisória para os cofres públicos**  
”



### Eterno abraço

Gosto do teu jeito simples, sem medos,  
Quando, melosamente, diz que me ama.  
Vencido, revelo os meus segredos,  
Se os nossos corpos fundem-se na cama.

O teu semblante de mulher faceira,  
Descortina-me os sonhos mais devassos.  
Quero-te como amante e companheira,  
Protegida no afago dos meus braços.

Inundarei teu colo com mil beijos,  
Vou fazer o gozo aflorar-te a pele.  
Deitando meus lábios no teu regaço.

Saciar a fome dos meus desejos,  
Com o impulso que ao teu seio me impele,  
Aconchegando meu corpo em teu abraço.

José Amaro Barcelos Lima, engenheiro da Ampla

### TROVAS AO VENTO

Existe Deus, eu bem sei,  
Verdade pura e singela,  
Ainda hoje O encontrei,  
Ao mirar os olhos dela.

O mundo é mal dividido,  
Embora o seja por Deus,  
Eu peço se compartilho,  
Dos beijos dela e dos teus.

Pedi-te um beijo querida,  
Me respondeste que não,  
Nunca me pediste nada,  
Mas te dei meu coração.

Eu deixo aqui retratado,  
O meu maior sofrimento,  
Não ter você ao meu lado,  
É para mim um tormento.

O mar sussurra baixinho,  
Toda noite sem parar,  
Ó lua, chegue pertinho,  
Para que eu a possa beijar,

Se tudo que a gente pensa,  
Se estampasse em nosso rosto,  
A fila seria imensa,  
De tanta gente sem gosto.

Teu porte esbelto e fugaz,  
Andar falante e faceiro,  
Lembra-me uma onça voraz,  
Armando o bote matreiro.

Nos caminhos dos meus passos  
Vi abismos, mas não caí.  
Teve início nos teus braços,  
Terminou de onde saí.

Os teus olhos cor da mata,  
Inspirando compaixão,  
É luar banhado em prata,  
Que me aquece o coração.

José Amaro Barcelos Lima, engenheiro da Ampla

### PROVÉRBIO IRLANDÊS

**“Quando estás certo, ninguém se lembra, mas quando estás errado, poucos esquecem”**

• A coluna “Engenharia Cultural” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: [imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

## EPE: Reunião do ACT 2010/2011

A primeira reunião entre a representação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e os Sindicatos Signatários do ACT a contar com a comissão de funcionários recém eleita para este fim aconteceu no dia 22 de julho. Ficou decidido, entre a comissão e o Sindicato, que todos os membros presentes (Claudia Lira, Moisés Gomes, Ismael Alves, Marcos Frederico, Diego Souza, José Ricardo e Márcia Andreassy) presenciariam a reunião, pelo menos, no início para a devida apresentação, contudo todos ficaram até o final.

Praticamente todas as cláusulas foram discutidas, com destaque para a justificativa para a opção da EPE em não ter um plano de saúde próprio, a impossibilidade causada pelo sistema SIAFI/SIAPE no adiantamento do pagamento do salário, a possibilidade de extensão do auxílio creche aos filhos de funcionários homens e a inclusão do “auxílio babá”.

Quanto às cláusulas financeiras (Reajuste Salarial e Benefícios: auxílio creche, plano de saúde e auxílio refeição) a contraproposta da empresa foi o reajuste utilizando o IPCA (5,26%).

Houve muita resistência com relação a algumas

cláusulas, tais como as cláusulas 4ª – Performance Organizacional, 5ª – Salário Básico dos Cargos do PCS, 6ª – Plano de Cargos, 7ª – Avaliação de Desempenho e 16ª – Comissões Paritárias, para as quais a EPE alega como problema o impacto no orçamento (custos elevados) e/ou o fato de serem questões de Gestão e que não devem ser tratadas no âmbito de um Acordo Coletivo de Trabalho.

Existem cláusulas que a empresa não aceita incluir no Acordo Coletivo de Trabalho. Como exemplo citamos a 8ª – Demissão Imotivada, 10ª – Auxílio Alimentação (alegação de redundância) e 15ª – Vagas de Estacionamento.

Porém, existe uma sinalização de aceitação a algumas cláusulas e/ou de tentativa de negociação junto ao DEST, tais como: Cláusula 11ª – Plano de Saúde (elevação do percentual de reembolso) e Cláusula 12ª – Auxílio Creche (extensão para os filhos dos homens e auxílio babá).

Num dado momento da reunião, levantou-se a possibilidade de, mantido o teto atualmente existente, incluir o plano odontológico nos mesmos moldes do plano de saúde atual.

Arquivo SENGE-RJ



Da esquerda para a direita: Mário Lúcio (Emater), Jorge Muniz (autônomo), Luiz Cosenza (diretor de Interior do SENGE-RJ), Cesar Provazi (INB), Tonhão (diretor adjunto de Interior do SENGE-RJ), Herminio (INB), Geraldo Bittencourt (INB) e Paulo Granja (diretor jurídico do SENGE-RJ)

### Resende terá uma Delegacia Sindical do SENGE-RJ

Diretores do SENGE-RJ e profissionais de engenharia que integram o grupo de Interiorização estiveram em Resende com a militância local, dia 21 de julho, para tratar dos primeiros passos para instalação da primeira Delegacia Sindical no interior do Estado, no caso, em Resende, atendendo a região Sul Fluminense, conforme aprovado no seminário de Planejamento Estratégico da atual diretoria.

# A escola Dieese de ciências do trabalho

O DIEESE – Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – desde a sua fundação vem atuando no sentido de conhecer direta e objetivamente a realidade vivida pelos trabalhadores e de possibilitar a eles acesso a informações de sua confiança. A necessidade de conhecimento nessa perspectiva continha a idéia de criação de uma Universidade dos Trabalhadores, desde 1955.

A recuperação e concretização de uma iniciativa de tal natureza, por meio de um projeto de ensino superior em Ciências do Trabalho, voltado para os trabalhadores, resultou de um processo iniciado com uma consulta ao movimento sindical, em 2006, e da realização de uma série de atividades (levantamento de experiências, estudos, debates, elaboração e sistematização) envolvendo representantes do movimento sindical e técnicos do DIEESE, no decorrer dos dois anos seguintes.

O projeto pedagógico do curso,

elaborado com as contribuições desse coletivo, foi encaminhado ao MEC, no início de 2009, com um pedido de credenciamento e autorização para a criação de um Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho. Durante o ano de 2009, o processo de aprimoramento do Projeto prosseguiu com um grupo de educadores que avançou na análise e reformulação do Projeto Curricular e seus desdobramentos, recebendo contribuições de acadêmicos pesquisadores da UFMG, UFRJ, USP, UNICAMP e UERJ.

Com a Escola de Ciências do Trabalho, o Dieese realiza a outra parte do projeto que teve origem há 55 anos, propondo uma formação de nível superior, para jovens e trabalhadores, um projeto acadêmico de matriz interdisciplinar, voltado para atender aos interesses, às necessidades e às condições de estudo e de produção de conhecimento em Trabalho, na perspectiva do trabalhador.

A Escola DIEESE de Ciências do Trabalho se propõe a constituir um

campo de conhecimento em Trabalho, a partir do estudo e da pesquisa social do Trabalho, respaldada na teoria social e no desenvolvimento de metodologias para abordar este objeto social de conhecimento. Enquanto campo de estudo a serviço dos trabalhadores – um grupo social com interesses heterogêneos – o Trabalho será tratado em suas manifestações, de forma interdisciplinar, considerando a produção científica existente e as diferentes abordagens teórico-metodológicas das Ciências Sociais e Humanas.

Identificamos na sociedade brasileira a necessidade de uma Escola para jovens trabalhadores interessados em uma formação humana integral que lhes possibilite produzir conhecimento e atuar propositivamente na realidade social em que vivem e trabalham, a exemplo de cursos semelhantes existentes em outros países.

Criando diferentes abordagens metodológicas para tratar de temas estruturais da realidade sócio-econômica do país

e outros temas que dão conta das transformações na organização e gestão do trabalho e da produção, da qualidade do trabalho e da qualidade de vida, a Escola se propõe a contribuir com a produção de conhecimentos a serem apropriados por toda a sociedade.

No dia 09/06/2010, com a presença do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, de representantes de seis Centrais Sindicais (CUT, Força Sindical, UGT, NCST, CGTB e CTB) e da OIT – Organização Internacional do Trabalho – foi feito o lançamento do prédio que acolherá a Escola. O imóvel no centro de São Paulo que foi cedido pela União à Escola será reformado e equipado nos próximos meses.

Neste momento, o DIEESE aguarda uma nova visita do MEC para avaliar a proposta do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho. Uma vez autorizada pelo MEC, a Escola prevê o início das atividades regulares no primeiro semestre de 2011 e a oferta do bacharelado em agosto do mesmo ano.

## 101 anos do nascimento do Burle Marx

Dia 4 de agosto completa 101 anos do nascimento de Roberto Burle Marx, arquiteto e paisagista que conseguiu reconhecimento mundial. Formado pela Academia Brasileira de Belas Artes, na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, Burle Marx foi o maior paisagista nacional e suas obras são muito famosas em todo Brasil. Ele deixou heranças paisagísticas muito conhecidas, como o Aterro do Flamengo, O Eixo Monumental de Brasília e o calçadão intermediário da Praia de Copacabana. O Aterro do Flamengo é um gigantesco parque carioca, com mais de um milhão de metros quadrados ao lado do mar da Baía de Guanabara. Estão localizados dentro do Aterro o Monumento dos Pracinhas da Segunda Guerra e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM).

## Baía de Guanabara perde seu protetor

O geógrafo, geólogo e ambientalista Elmo da Silva Amador morreu na madrugada do dia 30 de julho, aos 66 anos. Elmo Amador foi um batalhador aguerrido pela proteção da Baía de Guanabara. Autor do livro “Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza”, publicado em 1997, Elmo Amador era um dos maiores conhecedores da Baía.

Participou das negociações que resultaram em importantes vitórias para a Baía de Guanabara, como: Criação da

APA do Guapimirim; inclusão da Baía de Guanabara na Constituição Estadual como Área de Preservação Permanente e de Relevante Interesse Ecológico; redução dos aterros previstos no Projeto Rio; Ação Popular que impediu o loteamento do espelho d'Água da Lagoa de Itaipu; declaração da Baía de Guanabara como Patrimônio da Humanidade pelo Fórum Global durante a Rio 92; tombamento da orla de Botafogo e inclusão do assoreamento como problema ambiental da Baía de Guanabara.

## Músico Paulo Moura morre aos 77 anos

O músico Paulo Moura, considerado um dos maiores instrumentistas da música brasileira, era trompetista, saxofonista, compositor e arranjador. Aos 77 anos, morreu na noite do dia 12 de julho, em decorrência de um linfoma, um câncer no sistema linfático.

Paulista, de São José do Rio Preto, Paulo Moura tocou com grandes nomes da MPB, como Ary Barroso, Tom Jobim, Elis Regina e Raphael Rabello.

# ART

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Engenheiro,  
exija  
seu direito!

LEI 4950-A/66

# Em discussão, o Novo Código Florestal

Proposta anistia quem desmatou áreas que deveriam ser preservadas. Criticado por ambientalistas, texto só deve ir a plenário após eleições

**P**or 13 votos a 5, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, formada para analisar a reforma do Código Florestal Brasileiro, aprovou o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Alvo de críticas de parlamentares ruralistas e ambientalistas, o texto altera a legislação há 45 anos em vigor.

O texto do Novo Código Florestal ainda precisa ser aprovado pelo plenário da Câmara, passar pelo Senado e pela sanção do Presidente da República. Mas estas etapas estão adiadas para depois das eleições.

A proposta de Novo Código Florestal anistia quem desmatou, até julho de 2008, áreas que deveriam ser preservadas e as exigências de preservação ambiental e reserva legal em propriedades rurais. Defensores do



Meio Ambiente alertam para o risco de retrocesso.

De acordo com a proposta aprovada, a área de preservação de rios com até cinco metros de largura fica menor. A distância mínima entre a plantação e o rio cai de 30 para 15 metros.

Um dos pontos de protesto dos ambientalistas foi também a decisão de liberar algumas propriedades de manter uma área preservada, o que hoje é exigido por lei. Com o Novo Código Florestal, em alguns estados, toda a terra com até 400 hectares vai poder ser usada para agropecuária. As propriedades maiores continuam obrigadas a manter a proteção de parte das matas nativas, exigência que os grandes produtores pretendem derrubar quando a proposta for votada pelos deputados no plenário da Câmara.

## O JE buscou a opinião de especialistas e representantes da sociedade



### Alexandre Pessoa Dias

• Eng. sanitário, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz)



### André Campos Búrigo

• Médico veterinário, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz)

“A proposta de alteração do Código Florestal coloca Aldo Rebelo (PCdoB) ao lado dos ruralistas e em oposição aos movimentos sociais camponeses, ambientais e comunidade científica. Na contra-corrente da história, mais uma proposta de flexibilização que se traduz em interesses exploratórios, privatistas e irresponsáveis.

O plantio de árvores exóticas (eucalipto, pinus, etc.), nas áreas protegidas, descaracteriza as relações ecológicas locais, que, originalmente, oferecem vários recursos às populações. Manter espécies nativas é fundamental para a biodiversidade e o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas, a exemplo do controle de vetores e pragas realizado por predadores naturais. As matas ciliares e os topos de morro – áreas de recarga de lençol freático – precisam de proteção, da mesma forma que é imprescindível recompor o que já tiver sido desmatado das áreas de reserva, conforme já preconizado pelo código, o que, portanto, não poderia ser alterado.

As áreas rurais necessitam urgentemente de um modelo técnico-político pautado em tecnologias sociais, de forma que se viabilize um caminho sustentável para o desenvolvimento local, a agricultura familiar, o saneamento e a habitação saudável.

Apesar de a saúde e o meio ambiente serem indissociáveis, nenhum profissional da saúde foi ouvido na elaboração do relatório do deputado. À luz da racionalidade socioambiental, o mais coerente seria que o deputado concentrasse esforços ao lado da Via Campesina pela reforma agrária, na luta contra o latifúndio, o agrotóxico e os transgênicos, de forma a promover a segurança alimentar, a saúde ambiental e o combate à pobreza”.



### André Ilha

• Diretor de biodiversidade e áreas protegidas do Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

“No ano definido pela ONU como Ano Internacional da Biodiversidade, a bancada ruralista do Congresso Nacional, frente suprapartidária de defesa dos interesses do agronegócio, embalada pelo discurso desenvolvimentista ao estilo dos anos 70 do governo federal, renovou, com ferocidade redobrada, seus ataques cíclicos ao Código Florestal Brasileiro, um lúcido conjunto de normas que visa à preservação das florestas e demais

formações florísticas brasileiras.

Embora tenha importância capital para a preservação da fauna e da flora nativas, o CFB foi redigido e promulgado pensando-se, sobretudo, na vida humana e na manutenção das condições ambientais para a própria prática agrícola. Prova disso é que um dos seus conceitos mais combatidos, o das áreas de preservação permanente, foi desenvolvido para se assegurar a preservação do solo (em encostas com mais de 45° de inclinação e nos topos de morros) e da quantidade e qualidade da água (nas margens dos rios e ao redor das nascentes e reservatórios). Já as reservas legais, percentual das propriedades rurais que deve ser mantido preservado – admitindo-se o uso de baixo impacto –, visam assegurar, ao menos em parte, a função ecossistêmica das áreas rurais, além de servirem de refúgio para plantas e animais diversos.

Com vastas extensões de terra abandonadas disponíveis para ampliação da atividade agropecuária, é falacioso o argumento de que a expansão da fronteira agrícola tenha que se dar, como no passado, sobre remanescentes de mata nativa, e vale lembrar que a agricultura familiar, a principal responsável pela comida posta à mesa dos brasileiros, sofreria intensamente com as alterações propostas pelos latifundiários, devido às razões acima mencionadas”.



### Washington Novaes

• Jornalista especialista em Meio Ambiente

“Esta proposta, que ainda vai tramitar pelo Congresso, é um retrocesso para todos, principalmente para os agricultores, porque eles dependem da conservação do solo e da biodiversidade. Quando se desmata, como o Novo Código Florestal vai favorecer, contribui-se para a mudança climática, que prejudica muito as culturas. Esta postura pode representar lucro imediato, mas a longo prazo é um tiro no pé”.



### Sérgio Ricardo

• Ambientalista

“O relatório é predatório ao Meio Ambiente e cria uma grande confusão na legislação ambiental do país, favorecendo o interesse do latifúndio monocultor. O deputado Aldo Rebelo perde uma oportunidade histórica de atualizar o Código Florestal à luz do interesse público. O único interesse contemplado é o do latifúndio arcaico de práticas predatórias. Tivemos uma esperança que se transformou numa enorme frustração”.